

ORA newsletter

Nº 53 – JUNHO/2011
(circulação limitada)

Assuntos

Resumo Fiscal/Legal – Maio de 2011	1
Espírito da Certificação SOX	2
Revisores e Auditores	4

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL – MAIO DE 2011

Ministério da Justiça - Decreto-Lei n.º 60/2011, de 6 de Maio - Cria a Rede Nacional de Centros de Arbitragem Institucionalizada (RNCAI) e estabelece as formas e critérios de financiamento e avaliação dos centros que a integram.

Banco de Portugal - Aviso n.º 2/2011, de 10 de Maio - Estabelece o tratamento a aplicar, para efeitos de requisitos de fundos próprios, às posições não pertencentes à carteira de negociação cobertas por derivados de crédito. Altera o ponto 4 da parte 2 do anexo V ao Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2007, de 27 de Abril, adaptando-o às disposições da Directiva n.º 2009/111/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Setembro.

Banco de Portugal - Aviso n.º 3/2011, de 17 de Maio - Determina o cumprimento de um rácio *Core Tier 1* mínimo de 9%, até 31 de Dezembro de 2011, e de 10%, até 31 de Dezembro de 2012, pelos grupos bancários sujeitos à supervisão em base consolidada pelo Banco de Portugal e pelas instituições, não incluídas em tais grupos, que tenham sede em Portugal e estejam habilitadas a captar depósitos.

Assembleia da República - Lei n.º 19/2011, de 20 de Maio - Altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de Março, que cria o sistema de acesso aos serviços mínimos bancários.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento - Portaria n.º 215/2011, de 31 de Maio - Estabelece os requisitos específicos relativos a instalações, funcionamento e regime de classificação aplicáveis aos estabelecimentos de restauração ou bebidas, incluindo aos integrados em empreendimentos turísticos e às secções acessórias de restauração ou de bebidas instaladas em estabelecimentos comerciais com outra actividade.

Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica - 17 de Maio de 2011 – O Memorando de Entendimento descreve as condições gerais da política económica tal como contidas na Decisão do Conselho sobre a concessão de assistência financeira da União Europeia a Portugal.

ORA newsletter

Nº 53 – JUNHO/2011
(circulação limitada)

O ESPÍRITO DA CERTIFICAÇÃO SOX

“Não há forma de medir quantos fracassos pela informação serão evitados e quantos dólares investidos serão poupados devido ao aumento de atenção a um efectivo sistema de controlo interno.”

Donald T. Nicolaisen – Chief Accountant SEC, Outubro 2004

A Lei Sarbanes-Oxley, oriunda do mercado financeiro norte-americano com o objectivo de restabelecer a confiança dos investidores, profundamente abalada por escândalos financeiros como os da Enron, WorldCom e outros, tem como aspecto fulcral a elevação do nível de governação corporativa praticado pelas empresas, com impacto natural na valorização das acções pelos investidores, consequência da maior transparência e fiabilidade nos principais processos da empresa.

A Certificação SOX é independente da Certificação Legal das Contas e é feita por auditores independentes. Apesar de ser uma lei norte-americana, ela atinge imperativamente todas as empresas cotadas nas bolsas americanas. Da lei Sox e no concreto do caso “Enron”, ressaltou a posteriori a relevância negativa de serviços de auditoria prestados há quase 10 anos pela mesma empresa em acumulação com a prestação de serviços de assessoria. Práticas totalmente incompatíveis de acordo com a Sarbanes Oxley, pois se por um lado, à auditoria compete verificar as demonstrações financeiras da empresa de forma independente e isenta, a actividade de consultoria directamente relacionada com a optimização de lucros, conflitua e espelha determinantemente a incompatibilidade das duas funções, tendo no caso em apreço os objectivos de auditoria saído absolutamente prejudicados.

Para atingir os objectivos previstos pela Lei Sarbanes-Oxley, muitas companhias constroem a estrutura de Controlos Internos segundo as recomendações do COSO (The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission). Embora existam outras estruturas, espera-se que a do COSO se torne o modelo dominante, e a sua adopção é recomendável. A estrutura recomendada pelo COSO desmembra os Controlos Internos em cinco componentes inter-relacionados:

- i) **Ambiente de Controlo** – o alicerce de todos os outros elementos dos Controlos, que inclui os valores éticos e a competência dos funcionários da companhia;
- ii) **Avaliação de Riscos** – a identificação e a análise de riscos pertinentes que podem impedir o alcance dos objectivos do negócio;
- iii) **Actividades de Controlo** – tarefas específicas para atenuar cada um dos riscos identificados anteriormente;

ORA newsletter

Nº 53 – JUNHO/2011
(circulação limitada)

- iv) **Informação e Comunicação** – vias de informação que partem da administração para os funcionários e vice-versa;
- v) **Monitorização** – a avaliação e a aplicação efectiva dos controlos internos.

A Certificação Sarbanes-Oxley, demonstra o compromisso das empresas certificadas com os mais elevados padrões de ética e boa *corporate governance*, através da realização de testes aos diversos controlos processuais internamente regulamentados. Ressalta como fundamental da lei SOX, a importância do papel da **Monitorização**, para efeitos de uma efectiva avaliação do Sistema de Controlo Interno de uma empresa.

No panorama das pequenas e médias empresas portuguesas, é frequentemente este salto que falta dar em termos dos Sistemas de Controlo Interno. Ou seja, o entendimento de que a existência por si só de uma adequada avaliação dos principais riscos a que a empresa está exposta e o até adequado desenho de medidas de controlo tendentes a mitigar esses mesmos riscos, representa tão somente uma parte do caminho a percorrer em matéria de Sistemas de Controlo Interno. Existindo uma outra parte fundamental, que importa não negligenciar, que consiste precisamente na medição da eficácia e verificação da efectiva aplicação dos controlos pré-estabelecidos ao nível dos diversos processos.

Mais do que a adesão por imperativo legal a esta lei, importa analisar o valor acrescentado que o espírito da lei SOX possa trazer para as pequenas e médias empresas portuguesas, na medida em que conceptualmente ela traduz o que de melhor existe em matéria de Controlo Interno. A interiorização por parte dos órgãos de gestão, da importância dos Sistemas de Controlo Interno, no contexto delineado pelo COSO e objectivamente com enfoque ao nível do papel da **Monitorização**, por uma auditoria interna independente e efectivamente operante, trarão não apenas garantias adicionais quanto à observância das práticas internamente regulamentadas pelo órgão de gestão, como permitirá descortinar caminhos de maior eficiência operacional e de redução de risco quer por prática de fraude quer por erro.

- Paula Rego -

Bibliografia

- *Lei Sarbane-Oxley*
- *Projecto de Mestrado da IBS Mestrado em Gestão -SOX – Sarbanes Oxley Act – o Desenvolvimento e Impacto nas Organizações –Cristina Nunes Gonçalves-Dezembro 2009*

ORA newsletter

Nº 53 – JUNHO/2011
(circulação limitada)

REVISORES E AUDITORES

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas publicou recentemente o nº 52 da sua revista trimestral (Janeiro a Março de 2011).

Salientamos pelo seu interesse as seguintes matérias/artigos:

- i) **Fraude de Relato Financeiro** – Este esquema de fraude é menos comum mas o mais oneroso. A grande maioria das fraudes de relato financeiro é desencadeada pelos gestores de topo dada a sua posição privilegiada para manipulação dos registos contabilísticos e capacidade de derrogação dos controlos. As principais condições que estão presentes quando ocorre a fraude são três: incentivos/pressões, oportunidade apercebida (ausência ou ineficácia dos controlos); e atitude/racionalização (conjunto de valores éticos que permitem ao indivíduo cometer e justificar actos desonestos). Estas condições devem servir de sinais de alerta para o auditor na avaliação do risco de fraude, que no caso de relato financeiro pode assumir esquemas distintos (ocultação de responsabilidades; divulgações incompletas ou inapropriadas; avaliação inadequada de activos, entre outros).
- ii) **Procedimentos de Auditoria na Revisão Legal das Contas dos Municípios** – Este artigo identifica a legislação mais importante no funcionamento dos Municípios e descreve as diversas fases de uma auditoria com vista à emissão da Certificação Legal das Contas de uma entidade integrada no sector público.
- iii) **Os Conflitos entre a Fiscalidade e a Contabilidade no Âmbito do Trabalho de Revisão/Auditoria** – São abordados os principais pontos de potencial conflito entre a fiscalidade e o referencial contabilístico plasmado no Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), em particular na área dos activos não correntes, de modo a averiguar os procedimentos de revisão/auditoria que devem ser adoptados para detectar e tratar as situações em que esses conflitos possam colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada que as demonstrações financeiras devem apresentar da situação financeira e do desempenho da Empresa.

***Nota:** Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.*